

-----ATA N.º 258-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Participação Variável no IRS 2020-----
- 1.3 Taxas do IMI 2020-----
- 1.4 IMI 2020 – Redução por Agregado Familiar-----
- 1.5 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020-----
- 1.6 Derrama 2020-----
- 1.7 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019-----
- 1.8 Transferência de competências CIRA - Vias Navegáveis Interiores-----
- 1.9 Linha de Crédito em 2019 – Gestão de Combustíveis-----
- 1.10 Eleição do Representante da Assembleia Municipal para o CPCJ-----
- 1.11 Agrupamento de Energia Elétrica-----
- 1.12 Regulamento Urbanístico – Alteração-----
- 1.13 Empréstimo BEI – Ratificação do Investimento, dos Encargos Plurianuais e da Taxa de Juro-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e quinze minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cesário Gonçalves da Costa-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- David da Silva Alves-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Filomena Santos Cardoso-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário Coutinho Martins-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Alexandre Paulo Tavares Machado, que foi substituído por Cesário Gonçalves da Costa; Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques; Paula Cristina Dias Coutinho, que foi substituída por Mário Coutinho Martins e Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituída por Maria Filomena Santos Cardoso.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – A votação da ata n.º 257, da sessão de 28 de junho de 2019, foi adiada para a próxima sessão.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal informou os membros da Assembleia Municipal de que no dia 23 de setembro lhes tinham sido remetidos os Relatórios do Orçamentos Participativos de 2017 e 2018, com a informação solicitada pelos membros da Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Agradeceu aos presidentes das Juntas de Freguesia o facto de terem enviado a informação solicitada sobre o nome de todos aqueles que lideraram as Juntas de Freguesia do concelho, desde 25 de abril de 1974, e que não desempenhem atualmente essas funções, para que, no próximo ano, lhes pudessem fazer uma justa homenagem. De seguida, o presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga para a tomada de posse da professora Maria do Rosário Pinheiro da Cruz Tavares como diretora do Agrupamento, para o quadriénio 2019-2023, que decorreu no dia 24 de julho;-----
- Convite da Fundação Mão Amiga de Edite Costa Matos, no seguimento do projeto “Habitação Solidária V.I.D.A – Valorização, Integração, Desenvolvimento, Autonomia”, aprovado pelo PO ISE, no âmbito do PT2020, e que tem como parceiros a Câmara Municipal de Sever do Vouga, a ASMI Industries e o Rotary Club de Sever do Vouga, e que conta, também, com a intervenção da Associação Just a Change, para o evento “Arraial Solidário”, que se realizou no dia 27 de julho e 17 de agosto;-----
- Convite do Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga para a abertura solene da 29ª edição da Ficavouga, que se realizou no dia 31 de julho;-----
- Convite do presidente da Junta de Freguesia de Talhadas para a abertura do Festalhadas, no dia 3 de agosto;-----
- Convite da Associação Desportiva Cultural e Recreativa Senhorinhense para a comemoração do seu 36º aniversário (24 de agosto);-----
- Convite da Associação Cultural e Social de Couto de Esteves para a comemoração do seu 35º aniversário (31 de agosto);-----
- Convite da União das freguesias de Cedrim e Paradela para a inauguração da 12ª edição da Festa das Eiras (13 de setembro);-----
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o seu XXIV Congresso Nacional se realizará na cidade de Vila Real, nos dias 29 e 30 de novembro.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa

intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Diana Paiva** que começou por falar sobre a última edição do orçamento participativo, que, segundo informação prestada pelo presidente da Câmara Municipal, tinha sido um sucesso, em termos de participação. Disse gostar que os Severenses se interessem pelo seu concelho e sintam que podem contribuir da melhor forma. Referiu que, no presente ano, tinha estado mais interventiva em todo o processo do orçamento participativo, pois tinha participado das reuniões, tendo em vista remodelação das normas do orçamento e calendarização, dizendo que tinha sido a sua primeira vez a votar. Disse que, se na parte das reuniões a situação ia decorrendo com alguma normalidade, ainda que com atrasos, a parte do registo e votação tinha-a deixado muito apreensiva, pois todo o sistema funciona com base numa página web que, após uma breve análise, demonstrou não ser segura de modo algum, sendo que, o munícipe, para fazer o registo no orçamento, tem de introduzir todos os seus dados pessoais numa página insegura, ou seja, terceiros terão acesso a esses dados, situação que se repete no momento em que faz login, que é feito com o NIF de cada um e uma password, chegando ao ponto do próprio browser indicar, a letras vermelhas, que é inseguro realizar aquela operação. Referiu que a página web parece ser muito pouco profissional e, apesar de saber que o executivo assumiu ter entregue a elaboração da página a uma empresa externa, o trabalho não estava bem feito e pediu para que o executivo ouvisse o que os seus técnicos informáticos falavam acerca de segurança, que é importante, pois eles iriam saber esclarecer. Afirmou que tudo aquilo era sério, pois estavam a falar de dados pessoais das pessoas, e devia haver um forte sentido de preservação daqueles dados, atento mesmo até o Regulamento Geral de Proteção de Dados. Referiu que tudo aquilo levava, depois, a não conseguirem perceber se, por exemplo, era possível haver múltiplos votos a serem registado num mesmo IP, num mesmo sítio, se, efetivamente, num local público aberto, para esse efeito, aquelas pessoas tinham realizado o seu voto. Disse ter, ainda, reparado que a forma de votação não é nada intuitiva e que, considerando-se uma utilizadora razoável naquela área, tinha tido alguma dificuldade em perceber como é que se exercia o voto, muito menos aquelas pessoas que nada percebem de informática e utilização de páginas web, assim como foi possível ouvir críticas à forma como a votação se exercia durante a Ficavouga, pois não era o munícipe que se sentava à frente do PC e realizava o voto, mas sim um funcionário que, em princípio, seguindo a indicação, clicava nas opções. Disse perceber que haja que agilizar o momento, mas deveria ser a própria pessoa, sentada à frente do PC, com auxílio do funcionário, a colocar o voto onde pretendia. Mais disse saber que os funcionários cumpriam as indicações dos munícipes, mas, assim, nunca haveria margem para dúvida. Sobre os relatórios das anteriores edições do orçamento participativo, afirmou que os mesmos são muito redutores e que não referem qual o número previsível de pessoas elegíveis para votar, nem qual o total de pessoas que se registaram e, dessas, quantas é que tinham votado. Além disso, também nada é dito sobre o grau de execução das propostas ganhadoras, pois parece que algumas ainda não saíram do papel. Afirmou que muito trabalho foi feito, mas que considerava que havia muito ainda para melhorar para se poder dizer que o orçamento participativo em Sever do Vouga é inclusivo e funciona. Decorrida a Cimeira da Ação Climática na ONU, onde, como é bom de ver, se tinha falado muito sobre o ambiente e o que pode ser feito, perguntou ao presidente da Câmara Municipal o que se faz em Sever do Vouga, tendo em vista a sustentabilidade do planeta e do ambiente. Quanto ao Dia Europeu sem Carros, disse não haver qualquer atividade relativa a essa comemoração, como chamar os munícipes a fazerem uma caminhada livre nessa rua ou a praticarem desportos ao ar livre nessa rua, e a sensibilizar a população para tudo o que possa fazer em prol do ambiente, limitando-se, apenas, a fechar aquela rua, dizendo que se comemora aquele dia. Disse terem deixado, ainda, de ter novidades sobre a alteração das luzes de iluminação pública, para lâmpadas led de baixo consumo, ou mesmo de postos de carregamento de carros elétricos. Aproveitou para dizer

que, na Rua dos Bombeiros, a iluminação é muito fraca e que, até tem luzes eficientes de led, mas que não conseguem iluminar por se encontrarem tapadas com os ramos de árvores que lá se encontram, sendo que, uma poda não fazia mal.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Ana Tavares** que falou sobre a indisponibilidade de espaços de lazer para as crianças - os parques infantis, dizendo que, na sede do concelho, o parque estava encerrado há bastante tempo e que pretendia um esclarecimento sobre as razões do seu encerramento e o porquê de tão longa demora na sua reabertura. Referiu que Sever do Vouga é muito mais do que a sua sede e as restantes freguesias precisavam, também, de equipamentos para as crianças, dizendo que, na freguesia onde reside, fazia falta um parque no meio lugar, próximo das pessoas. Sugeriu que o executivo averiguasse a situação em todas as freguesias, junto dos presidentes de junta, dispondo o município de verbas para tal, pois as juntas de freguesia dispõem de poucas verbas, para que haja um parque onde as crianças possam passar tempo com as suas famílias.-----

A intervenção seguinte foi a de **Tony Martins** que disse julgar ser uma boa hora para fazer um pequeno resumo e ponto de situação, relativamente à gestão do município, e de uma forma particular às freguesias, uma vez que se encontravam no final do terceiro trimestre do ano. Afirmou que as freguesias são muito importantes na hierarquia do poder autárquico, pois é aquele órgão que, em primeira mão, escuta e procura solucionar as carências e problemas dos seus munícipes. Disse serem elas que procuram, dentro das suas disponibilidades de meios e fundos, dar uma resposta imediata na resolução dos problemas do dia a dia e, por essa razão, devia haver uma boa articulação e comunicação na relação entre o executivo e as freguesias, exigindo uma responsabilidade mútua. Assim sendo, perguntou ao executivo se os acordos de execução estavam a ser cumpridos, por parte do município. Da mesma forma, perguntou se os acordos de execução estavam a ser cumpridos por parte das Juntas de Freguesia, pois, as juntas devem entregar relatórios semestrais sobre os trabalhos constantes nos acordos de execução. Questionou se os mesmos tinham sido apresentados e, em caso afirmativo, porque é que os mesmos não chegavam ao conhecimento da Assembleia Municipal. Referiu que aqueles relatórios eram muito importantes, pois podiam contribuir para a identificação de carências e melhorar os serviços prestados pelas freguesias. Da mesma forma, disse julgar que a delegação de competências, do município para as freguesias, deveria ser objeto de revisão, de forma a ajustar o documento à realidade com a reorganização e reforço de competências, bem como o apoio financeiro às mesmas, dotando-as de maior autonomia financeira e competências delegadas.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias**, que perguntou ao presidente da Câmara Municipal o ponto de situação das reparações das estradas e caminhos da freguesia de Talhadas, solicitadas, por si, em reuniões anteriores. Disse ter sido informado de que iriam tratar de algumas ainda no presente ano, portanto, estava a falar de Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, E.N. 333 à Vide, Doninhas à Macida, Ereira à Vide, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Disse não ter sido feito nada até agora e que gostava de saber uma resposta. Mais disse que a freguesia de Talhadas continuava à espera de uma resposta sobre o Centro Escolar de Talhadas, assim como a colocação de lombas e sinalização nos vários lugares. Referiu que a freguesia de Talhadas tinha aprovado, por unanimidade, a transferência de competências de 2020, sobre Espaços de Atendimento Loja do Cidadão e que tinha conhecimento que iria ser enviado um ofício da AMA, à Câmara Municipal, a solicitar um parecer, esperando que a Câmara Municipal fosse célere naquele assunto, uma vez que queria a loja do cidadão em Talhadas. Disse que, na última Assembleia Municipal, tinha solicitado um esclarecimento sobre a delimitação do lugar das Arcas, na freguesia de Talhadas, com a freguesia de Ribeiradio, pois, em alguns mapas, estava errado em cerca de quinhentos metros (em linha reta), tendo sido o presidente do Conselho Diretivo dos Compartes dos Baldios dos lugares de Silveira, Arcas, Lameirinhos, Póvoa, Ereira que o tinha chamado a atenção para tal. Disse necessitar de uma resposta sobre isso. Falou sobre um ofício enviado pela Câmara Municipal, à Junta de

Freguesia de Talhadas, via e-mail, a responder sobre o local que a Junta de Freguesia enviou à Câmara Municipal para alargar a zona industrial de Talhadas e que essa resposta apenas tinha condicionantes do PDM. Perguntou se pretendem que seja a junta a ter de ultrapassar as condicionantes, ou se era a Câmara Municipal que tinha esses departamentos. Perguntou quem iria fazer as diligências necessárias. Afirmou que a Junta de Freguesia de Talhadas não tinha meios para desbloquear a situação e solicitou que a Câmara Municipal tomasse as devidas diligências. Disse ter tido conhecimento, por alguém da Câmara Municipal de Vouzela, que está atualmente a alargar uma série de zonas industriais, e que tinham conseguido apoios a fundo perdido de um milhão de euros, perguntando o porquê de não haver candidaturas do Município de Sever do Vouga e, também, não chegava informação à Junta de Freguesia de Talhadas, ou dos serviços técnicos da Câmara Municipal, a dizer que podem candidatar-se a apoios. Afirmou que uma empresa de Águeda iria mudar-se para Campia, criando entre quarenta e cinquenta postos de trabalho, dizendo que se vão de Águeda para Campia, podiam instalar-se em Talhadas. Disse saber que a Câmara Municipal de Águeda atribuía, normalmente, cerca de novecentos mil euros de apoios aos investimentos às várias freguesias do concelho e que, uma freguesia, com menos população do que Talhadas, e sensivelmente os mesmos quilómetros de estrada, recebia, todos os anos, cinquenta mil euros. Perguntou o que é que fazia com cinco mil euros por ano e disse que gostava de saber o porquê da diferença. De seguida, pediu ao executivo camarário que, quando tratasse de assuntos inerentes à freguesia de Talhadas, dessem conhecimento à Junta, pois o seu e-mail não estava inativo e não entendia o porquê de serem tratados assuntos da Junta sem a mesma ter conhecimento. Disse ter tido conhecimento de um e-mail, numa conversa de café, e que era uma vergonha. Dirigindo-se aos membros do executivo, disse que, se quisessem, candidatavam-se às próximas eleições autárquicas à Junta de Freguesia de Talhadas e se vencessem as eleições, fizessem o que lhes apetecesse, mas, passarem por cima dos outros, isso é que não. Disse não aceitar e que fosse a última vez.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que começou por falar sobre a intervenção de Diana Paiva, dizendo ter registado algumas notas sobre o Orçamento Participativo e que sabia que, nem todos os sistemas eram perfeitos e que aquele, também, não o era, com certeza. Disse que, desde que aquele processo foi iniciado, têm sido feitos ajustamentos e alterações e que manterão essa vontade de fazer com que aquele sistema seja o mais correto possível e mais funcional, sabendo que existem sempre esses constrangimentos que tentarão ultrapassar. Afirmou que iriam tentar, com a empresa que está a trabalhar a parte informática, que o processo seja melhorado para se evitar isso. Em relação à participação, disse ter havido um número maior no presente ano do que nos anos anteriores. Em relação à Cimeira de Ação Climática, o presidente da Câmara Municipal disse que Sever do Vouga não faz apenas a paragem da Rua do Comércio, mas sim, atividades na linha, inclusive, com as escolas do 1º ciclo e que tinham em vista algumas ações além dessas. Em relação ao carregamento dos carros elétricos, disse estar a aguardar a colocação dos postos de carregamento, que estava programada para o início de setembro, mas que não chegou a acontecer. Sobre a poda na Rua dos Bombeiros, disse ter registado o mesmo para transmitir à vereadora daquele pelouro. Sobre a intervenção de Ana Tavares, disse conhecer a situação do espaço de lazer no Arruamento Novo e que está prevista uma intervenção para aquele local, portanto, estavam a ser feitos alguns arranjos superficiais naquele espaço, pois o parque infantil e o bar serão transferidos de lá e terão uma configuração totalmente diferente. Disse ter solicitado orçamentos para fazer reparações mais prementes, pois tinha alguns aspetos que ofereciam perigo, razão pelo seu encerramento. Disse que, a maior parte das freguesias tem parques infantis, abertos às crianças e que os jardins de infância têm um mini-parque que deve estar disponível fora do período letivo. Mais disse haver locais onde existem dois parques infantis, um na escola do 1º ciclo e outro no jardim infantil. Em relação à intervenção de **Tony Martins**, sobre o ponto situação do município, no que respeita às freguesias, o presidente da Câmara

Municipal disse existirem acordos celebrados com as freguesias e que o município cumpria com os mesmos, tal qual como as freguesias cumpriam com o município, portanto, feito o controlo de medições, eram apresentados os relatórios para serem transferidas as verbas contratualizadas. Sobre o interesse na entrega dos relatórios mensais das Juntas de Freguesia, aos membros da Assembleia Municipal, disse não haver problema, mas que não via qual o interesse. Disse que, na discussão da transferência de competências, parecia-lhe que só uma junta de freguesia é que não aceitou concordar com os acordos atuais e que aquilo que estava para transferir constava nos acordos celebrados, portanto, a Câmara Municipal estava a cumprir com os acordos. Referiu que a discussão sobre os acordos de execução dava-se, anualmente, na devida altura e que os relatórios de execução eram trazidos na altura da aprovação das contas. Relativamente à intervenção do presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, sobre a questão da reparação dos caminhos e estradas, disse ter isso registado e que o senhor presidente da Junta sabia que não tinham sido feitas, ainda, algumas delas, assim como não tinham sido feitas noutras freguesias. Informou estar um processo em curso, relacionado com um financiamento do BEI, que foi solicitado para suportar emergências de tesouraria para o Centro Escolar e que, com a libertação desse empréstimo, podiam lançar uma empreitada de pequenos troços, para colmatar essas falhas, sendo que, parte das estradas enunciadas pelo presidente da Junta, constam daquele plano e daquela empreitada de pequenos troços, assim como as de outras freguesias. Sobre o espaço de atendimento da AMA, informou não ter recebido qualquer comunicação por parte da AMA, mas que, da sua parte, não haveria qualquer impedimento à aceitação do balcão. Quanto à delimitação de freguesias, disse pensar que as delimitações de Talhadas estavam todas elas aprovadas, sem grande discussão e com as regras de delimitação administrativa aprovadas nos vários concelhos e nas freguesias confrontantes, também. Referiu que as delimitações estavam definidas na Carta Administrativa Oficial de Portugal, tal e qual como estavam aprovadas pelas freguesias e pelos concelhos e que, se discordassem delas, tinham de inverter o processo todo. Informou estarem dois técnicos, do município, a trabalhar com essas situações e que, ainda no dia anterior, tinha perguntado como é que estava o assunto com Albergaria-a-Velha porque já tinham chegado a um entendimento entre as freguesias de Ribeira de Fráguas e Silva Escura, mas faltava a deliberação dos órgãos municipais. Disse que, possivelmente, se as coisas não avançassem, iriam para o Tribunal com essas situações, mas que tinham de reunir todos os dados. Referiu que, no caso de Talhadas, tinha havido entendimento e que existiam atas com acordos, feitos na altura, para delimitação de Santa Maria, na Ereira, e por aí fora. Sobre as zonas industriais, informou que o município tinha apresentado uma candidatura para a ampliação da zona industrial dos Padrões, que é aquela que está a ser mais solicitada em termos de instalação de empresas e que está definida em PDM. Informou que, em Talhadas, as zonas industriais também estavam manchadas em PDM e que não havia zona industrial nenhuma sem ela estar definida em PDM, independentemente dos terrenos serem públicos, privados ou baldios. Referiu que, para haver zona industrial, primeiro tem de ser autorizada, definida em PDM e ser aprovada, não sendo o caso com a pretensão para Talhadas, pois parte daquela zona não está aprovada no PDM, tratando-se de zonas florestais de preservação sob controlo do ICNF, onde não é autorizada facilmente a sua afetação a outro fim. Mais disse que está definida uma parte em terrenos privados, tendo já dito ao senhor presidente da Junta que, quem quiser construir fábricas naquele local tem de comprar os terrenos aos particulares, tal e qual como fazem noutros lados. Disse não estar à espera da grande zona industrial, caso venha a ser construída a via de acesso rápido à A25, mas que já está devidamente manchada no PDM há uns anos. Relativamente ao apoio às freguesias e a comparação com Águeda, o presidente da Câmara Municipal disse que, possivelmente, a Junta de Freguesia de Talhadas recebia mais do que a tal freguesia que tinha mencionado e que não podia fazer contas apenas àquele que lhe era atribuído diretamente, através dos acordos, pois as outras obras realizadas durante o ano eram executadas, diretamente, pela Câmara Municipal. Afirmou que, nesses municípios, os

valores atribuídos destinavam-se à realização de obras que a Câmara Municipal já não ia fazer e a diferença era por aí e, para além de comparar a Câmara Municipal de Águeda com a de Sever do Vouga, não lhe ficava muito bem, porque o orçamento da Câmara Municipal de Águeda era, pelo menos, cinco ou seis vezes maior do que o de Sever do Vouga. Referiu ser necessário fazer o apuramento daquilo que são os gastos, no total, dos investimentos na freguesia e não aquele que é transferido nos acordos, porque aquele era para outros fins. Disse não saber ao que o presidente da Junta de Talhadas se queria referir quando falou sobre os assuntos tratados, sendo que o procedimento normal era esse, embora não tivessem de andar, todos os dias, a dizer que ia uma equipa trabalhar para Talhadas. Mais disse que a Junta de Freguesia de Talhadas era igual a qualquer outra junta, não havendo diferenciação nenhuma.-----

Seguidamente, interveio **António Monteiro**. Referiu que, no período de antes da ordem do dia, o CDS costuma apresentar propostas e sugestões, temas para reflexão que são importantes para toda a comunidade e que já teve oportunidade de dizer, várias vezes, que, num mundo competitivo, como hoje em dia, um município que fica parado não fica no mesmo sítio, fica para trás porque os outros continuam a avançar e, fundamentalmente, a sua preocupação é com a competitividade do município de Sever do Vouga e, para isso, era necessário ter em atenção as características que o município tem de modo a que se possa afirmar na região. Disse falar-se, muitas vezes, na qualidade de vida do município e que a questão é saber se, tal como está, tem a qualidade de vida suficiente para atrair e manter os mais jovens para, como é desejável, ali constituírem família e se sentirem felizes para que se pudessem realizar. Sobre a chamada de atenção feita pela sua colega de bancada, relativamente aos parques infantis, disse ser algo que não lhes podia deixar indiferente porque, sem crianças, o município não tinha futuro. E, em relação às crianças mais velhas, referiu a deliberação aprovada, pela Assembleia Municipal, sobre os transportes escolares, tendo começado mais um ano letivo em que a Câmara Municipal incumpria a mesma, que recomendava que o transporte escolar fosse estendido a todos os alunos do ensino obrigatório. Disse não conseguir compreender porque razão isso não estava feito, mais uma vez, no presente ano escolar, na medida em que, não conseguia conceber que a questão estivesse relacionada com o custo, porque acabava por ser absolutamente irrisório. Mais disse entender ser uma obrigação do município, uma vez que se tratava de ensino obrigatório. Pediu que o presidente da Câmara Municipal explicasse a má vontade, que se arrasta já há muito tempo, procurando enredar a solução em pareceres quando aquilo que falta, claramente, é vontade. Disse considerar ser importante que a Câmara Municipal responda à Assembleia Municipal porque razão continua, em mais um ano escolar, a não executar aquilo que a Assembleia Municipal deliberou. Referiu outra questão, que foi já deliberada pela Assembleia Municipal, e que não leva a grandes custos, precisando apenas que haja vontade, que é a transmissão das reuniões por internet, para que todos os munícipes que o entendam, possam acompanhar os assuntos que ali são discutidos, sendo que, mais uma vez, nada tinha sido feito em relação a essa matéria. Referiu que, com a permissão do senhor presidente da mesa, tinham voltado a falar sobre a reunião descentralizada destas Assembleias Municipais durante a conferência de líderes habitual antes das reuniões e, havendo essa vontade, por parte de todas as bancadas, dizendo ser importante, até porque os senhores presidentes de junta estavam ali presentes, decidirem aonde é que iriam fazer a próxima reunião da Assembleia Municipal. Perguntou qual a freguesia que se oferecia e que tinha condições para que se descentralize as reuniões, considerando que o senhor presidente da Assembleia Municipal não iria levar a mal que colocasse aquela questão. Afirmou que todas as questões os deviam unir a todos, pois considerava ser do interesse, de todos os partidos ali representados e também dos independentes, que os cidadãos se aproximem dos órgãos que os representam e, desse modo, consigam fazer política para as pessoas, que é o que a todos nós move e que é mais importante, as pessoas.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Paulo Lourenço**, que se dirigiu ao executivo para focar três pontos que o PSD considera muito importante saber. Em primeiro lugar, referiu que a E.N. 16 estava, atualmente, com as valetas todas sujas com detritos, os quais, com a pouca chuva que já caiu, perturbavam a circulação na via. Disse considerar estar na hora de o executivo tomar medidas, antes que voltem a cair outras chuvas e, ainda, para não levar o resto da tinta que está nos muros, que foram pintados há bem pouco tempo. Sobre a estrada que liga a Costa Má ao Folharido, falou sobre o perigo da ponte, o qual já tinha sido ali referido em outras assembleias e sobre o qual nada tinha sido feito até à data. Referiu que, no sentido norte/sul, ou seja, de Silva Escura para o Braçal, junto ao “Hotel das Vinhas”, existe uma curva fechada e de declive acentuado, a qual que não tem qualquer tipo de sinalização, não devendo ser pelo custo de alguns sinais que se deve arriscar a segurança de quem por ali passa. Por fim, alertou para o facto de, embora o parque infantil do Arruamento Novo estar fechado, alguma criança poder entrar no mesmo e sofrer um acidente. Perguntou se o município tinha seguro para esses casos e se responsabilizava por isso.-----

A próxima intervenção foi a de **Sérgio Silva** que agradeceu o convite para representar a bancada independente no Conselho Municipal de Juventude, ainda que desconhecesse a existência de uma bancada independente naquela assembleia. De seguida, afirmou que o senhor presidente da Câmara Municipal deve esquecer-se de que Couto de Esteves faz parte do concelho de Sever do Vouga, uma vez que tinha dito que todas as freguesias tinham um parque infantil. Afirmou que a freguesia de Couto de Esteves tinha uma escola nova com parque infantil, mas que apenas funcionava para as crianças do centro escolar. Propôs a cedência, à Junta de Freguesia, de um espaço pequeno dos milhares de metros quadrados que a Câmara Municipal tem em Couto de Esteves, que, por sua vez, contratualizava com uma empresa homologada para a construção de um parque infantil. De seguida, disse que, na sessão de 28 setembro 2018, tinha perguntado ao Vice-presidente por onde era o caminho público para a ponte pedonal pública, construída pela Câmara Municipal, sobre o Rio Gresso, dizendo que a resposta tinha sido a seguinte: *“Quanto à ponte do Gresso, disse que iria pedir para analisar o boletim municipal de 2016 por não se lembrar de uma ponte no Gresso conhecendo apenas a ponte que existia perto da ponte da Quinta do Braga. Informou que existia um projeto que concorreu ao Orçamento Participativo.”* Mais disse que, em sessão de 28 junho 2019, tinha colocado a mesma pergunta ao senhor presidente da Câmara Municipal que, depois de muita insistência sua, tinha explicado que o caminho era feito pelo rio acima, dando o exemplo dos pescadores.-- Uma vez que ainda não estava esclarecido, voltou a perguntar por onde era o caminho público para a ponte pedonal pública, construída sobre o Rio Gresso, no sítio da Quinta dos Bragas. Dirigindo-se ao vereador Raul Duarte, responsável da obra que tinha estado no local aquando da construção, perguntou por onde é que tinham passado as carrinhas da Câmara Municipal com o material para a obra da ponte.-----

A intervenção seguinte foi a de **Patrícia Santos** que disse ser com muito agrado que a bancada do PSD via, finalmente, convocada a primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, após tanta insistência por parte da sua bancada. E, visto ser um processo que já vem do mandato anterior, finalmente aquele órgão, o de dar voz aos jovens num concelho tão envelhecido que pode e deve movimentar todos os partidos num só sentido, começou a funcionar. Disse ser de lamentar haver, ainda, partidos que acham que aquele órgão não merece a devida atenção e respeito, uma vez que não se dignaram a comparecer à primeira reunião. Referiu que essa indiferença era, no seu entender, um sinal claro daquilo que realmente esses partidos querem para o concelho, mas que havia mais com que se congratularem, como o facto de o Serviço Nacional de Saúde comemorar, no presente ano, 40 anos de existência, durante os quais passou a ser para todos e não apenas para os privilegiados. E, como diz o povo, “aos quarenta ou vai ou arrebenta” e, em Sever do Vouga, aquele serviço arrebentou antes dos quarenta pois o serviço de Atendimento Complementar, que há dois anos havia o privilégio de usufruir, foi descontinuado e os

serviços nos postos de saúde continuavam a não ser suficientes para suprir as necessidades da população, existindo postos de saúde cujos médicos estão sempre a saltitar e não se fixam no concelho. Falou sobre os doentes que tinham de acordar de madrugada para ter vaga no seu posto de saúde quando existe vaga e doentes que tinham de ir ao Hospital Pedro Hispano porque, em Sever do Vouga, existe um Centro de Saúde que funciona como posto médico. Afirmou que ninguém está livre de ter uma urgência, de um momento para o outro, e o que dita a boa resolução dessa urgência, atualmente, é o poder econômico de cada um, portanto, festejar os quarenta anos do SNS começa a ser ilusório no concelho e neste país. Referiu que, em setembro de 2017, em plena campanha eleitoral, uma das afamadas medidas do executivo era proteger a saúde da população, defender as Unidades de Saúde e, conseqüentemente, o Centro de Saúde e, sobretudo, prometiam pressionar as entidades superiores para que fossem melhoradas as condições dos serviços e dos recursos humanos. Questionou o que é que tinha sido feito e quais as medidas que tinham sido tomadas. Mais questionou o que é que estavam a fazer, naquele preciso momento, para suprir as necessidades da população ao nível da saúde, visto estar-se a entrar numa época propícia à corrida aos postos de saúde e urgências. Perguntou se tinham tido em conta a recomendação, entregue pela sua bancada àquela Assembleia Municipal, há precisamente um ano atrás e, ainda, a moção entregue em abril. Questionou como é que estava a ser gerida a transferência de competências na área da saúde, prevista para 2021, se havia novidades. Disse que, na sessão de 26 de abril, tinha alertado para o facto de, na página online do município, na área da saúde, o último relatório de atividades data de 2015 e o último plano de ação data de 2016, não tendo havido qualquer atualização da página, naquele sector, até aquela data, nem até à data de hoje. Disse ser um sinal claro daquilo que é prioridade no município e que, claramente, a saúde não é uma prioridade. Ainda sobre a saúde e a mobilidade, quis deixar o seu alerta para a falta de mobilidade de alguns municípios no concelho, sobretudo aqueles que não podem dispensar a cadeira de rodas, que veem o seu acesso limitado aos mais diferentes espaços no município, pois o simples ato de atravessar uma rua na passadeira é limitante e chega a ser impossibilitado sem a ajuda de terceiros. Perguntou para quando estava prevista uma revisão e ajustamento total dos passeios e entradas nos espaços públicos para aquelas pessoas. Sobre o início do ano escolar, perguntou se estavam asseguradas todas as condições para que o ano escolar decorra com normalidade e se existem assistentes operacionais suficientes em todas as escolas e jardins de infância. Quanto aos transportes escolares, perguntou se estavam asseguradas todas as condições de segurança no transporte das crianças, uma vez que não bastava fazer protocolos ou contratos e simplesmente confiar, sendo necessário haver um controle e vigilância a fim de observar se está assegurado aquilo que foi contratado. Por fim, disse que a Câmara Municipal deve ser um vigilante ativo das necessidades dos seus municípios, não bastando confiar ou esperar pelas queixas.-----

De seguida, interveio **Ana Mendes** que desejou a todos um recomeço cheio de vitalidade e empenho para os desafios que se avizinham, dizendo que, o presente ano será, seguramente, um ano de atitude e trabalho. Referiu que algumas das grandes metas do executivo seguiam a passo largo, mas que existiam outras tantas, de igual ou maior importância, que se impunham por em curso, para garantir que Sever do Vouga manterá, ou superará, a linha de crescimento nacional. Disse que, efetivamente, Portugal vivia uma “boa onda”, mas que a economia era como as marés, subia e descia, havendo necessidade de alicerçar bons suportes, para garantir que não sejam arrastados pela corrente. Sobre o relatório do auditor externo e as contas que se vão verificando, afirmou que os mesmos davam a serenidade que o executivo tinha sabido investir sem hipotecar o futuro, gerindo as necessidades e investimentos com grande rigor e orientação. Disse saber e orgulhar-se disso, que os apoios comunitários tinham sido uma alavanca, na qual se tinham alicerçado boa parte do investimento público e privado em Sever do Vouga, devendo o executivo manter essa atitude e apoiar todos os aqueles que pretendam apostar naquela via de valorização. Afirmou estar-se num período de crescimento, até de explosão, impondo-se

agarrar as oportunidades e concretizar os projetos. Referiu que, provavelmente, há já alguns anos que não se ouvia falar, em Sever do Vouga, de falta de vaga nas creches ou de falta de espaço para receber empresas que se pretendem sediar ou de jovens que se pretendem fixar no concelho. Afirmou que esse fluxo era uma lufada de ar fresco que se exige acarinhar e olhar com atenção e, na medida do possível, encontrar respostas que, satisfazendo quem procura, beneficiavam o concelho. Sobre a transferência de competências, disse ser uma realidade que se aproximava, sobre a qual o executivo devia atentar, pois, bem trabalhada, poderia ser uma mais-valia para o poder local que, assim, vê alargada a sua área de intervenção, podendo definir estratégias e condições de atuação em novas áreas, fomentando e sedimentando o seu próprio crescimento, por tal razão, importava preparar e acautelar o futuro. Disse saber que a área da atuação dos municípios tem limites que, muitas vezes, cerceiam a sua possibilidade de resolução de alguns problemas, mas que a capacidade de mediação, intervenção, pressão e dedicação são fórmulas mágicas que, não raras vezes, permitem resolver questões, desbloquear obstáculos e potenciar o desenvolvimento do concelho em áreas onde não detêm legitimidade para atuar. Nessa medida, lançou o desafio ao executivo para, no novo ano, lutar afinadamente pela concretização dos objetivos que se propõe, pressionando, se necessário, as entidades administrativas que interferem no seu funcionamento (infelizmente, algumas vezes paralisando-o) e estimular o sector privado, no sentido de dinamizar e valorizar as mais variadas áreas de atividade, para assim garantir o crescimento de Sever do Vouga.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Tony Martins** que quis fazer uns esclarecimentos sobre a sua intervenção e reformular as perguntas colocadas. Afirmou ter falado sobre os acordos de execução assinados em julho de 2018, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, daí ter falado em compromissos mútuos, tanto por parte da Câmara Municipal como por parte das Juntas de Freguesia. Referiu que a cláusula n.º 10, desses acordos, refere que as Juntas de Freguesia têm de apresentar um relatório semestral que é apresentado à Assembleia Municipal. Disse não compreender porque é que o presidente da Câmara Municipal tinha questionado que queriam relatórios. Em relação aos compromissos de pagamento, perguntou se estavam a ser feitos a tempo e horas.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**. Começando pela intervenção de António Monteiro, disse registar sempre as propostas e sugestões apresentadas e, na maior parte delas, desde que sejam entendidas como um bom contributo para melhorar Sever do Vouga, eram tomadas em conta. Quanto à referência à qualidade de vida no município, informou que essa avaliação tinha sido elaborada por organismos autónomos, com determinadas regras bem definidas e que, quando faziam valer esta qualidade, estavam a fazer referência a esses estudos e essas definições. Sobre os parques infantis, disse que não iriam construir esses equipamentos em todo o lado e, se eles estavam concentrados em locais públicos, eram suficientes para as crianças que habitam nessas freguesias, porque é que haviam de andar a construir outros? Disse que, na freguesia de Couto de Esteves também existe um parque infantil e que tinha tomado uma nota no sentido de verificar porque é que alguns parques não estavam disponíveis para a população. Sobre o transporte escolar e, contrariamente àquilo que o membro António Monteiro tinha dito, o presidente da Câmara Municipal disse ser favorável a que o município assumia todos os transportes gratuitos para toda a gente, tendo sido iniciado um processo com pedidos de parecer, sendo que, nenhum desses pareceres tinham dado, ainda, a razão ao pretendido, pois referiam que a lei não se aplica aos alunos do 12º ano. Disse ser necessário rever toda essa situação e avançar, embora correndo o risco de estar em incumprimento da legislação, situação em que se encontram outros municípios. Sobre a questão da transmissão das reuniões pela internet, informou que o atraso se devia às obras no edifício, pedindo alguma tolerância porque iriam continuar durante mais algum tempo. Quanto às reuniões descentralizadas, disse ser um assunto do presidente da Assembleia Municipal, mas, de qualquer maneira, era uma proposta que, também, tinham colocado para a Câmara Municipal, sobre a qual

tinham de se debruçar, havendo necessidade de alterar o regimento antes de avançarem com a marcação das assembleias porque o regimento refere que as reuniões são realizadas no salão nobre da Câmara Municipal. Mais disse não saber até que ponto haverá, nas freguesias, salas preparadas para a captação de gravação, não sendo possível transportar o aparelho existente. Relativamente à intervenção de Paulo Lourenço, sobre a limpeza de valetas na E.N. 16, disse estar atento a isso, mas que não é possível andar em todo o lado ao mesmo tempo e, embora quisesse que fossem muito mais vezes ao longo do ano, não havia meios financeiros para isso e nem era possível arranjar gente para as empresas fazerem isso. No entanto, esse trabalho estava planeado, portanto, seria para breve o complemento da limpeza das valetas laterais. Relativamente à ponte da Costa Má, projeto que consta da comunicação escrita, informou estar na fase de conclusão do projeto para se lançar a construção de uma nova ponte. Disse ter registado a necessidade de melhoramento da sinalética, sugerida pelo membro Paulo Lourenço. Quanto à intervenção do presidente da Junta de Couto de Esteves, informou que os parques para as crianças eram aqueles que estavam localizados nas escolas primárias e nos jardins infantis. Sobre a ponte do Rio Gresso, disse ser exatamente aquela referenciada pelo membro e que era essa a ponte que lá existia, uma ponte com vigas de cimento. Mais informou ter sido colocada outra para substituir essa, que foi levada pela água, portanto, a passagem para lá não tinha mudado, passava-se exatamente pelo mesmo local e, do seu conhecimento, nunca tinha havido qualquer impedimento de alguém lá passar. Referiu que a continuidade do caminho era um assunto que estava para ser executado brevemente e que a empresa a quem estava adjudicado algum serviço de renovação de percursos iria, também, trabalhar o percurso do outro lado do rio para ligação ao percurso de Rocas. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, disse ter registado a satisfação pela constituição do Conselho Municipal de Juventude, que já reuniu uma vez, dizendo que algumas demoras na constituição daquele concelho se deviam ao facto de algumas das entidades não terem enviado, atempadamente, os seus representantes e outras tinham enviado nomes de representantes que tinham de ser substituídos, pois, na primeira reunião, destinada à análise do regulamento, verificou-se que alguns partidos designaram mal os seus representantes, sendo que um dos representantes deve ser um membro da Assembleia Municipal e um das forças de juventude dos partidos. Mais informou terem sido notificados para substituírem os seus representantes. Sobre o Serviço Nacional de Saúde, o presidente da Câmara Municipal disse que a competência da saúde ainda não tinha sido transferida para o município, sendo uma das competências que está na fase de discussão e que o município não tinha aceite por vários motivos, sendo o principal pelo facto de as verbas a transferir serem insuficientes para desenvolver o programa de saúde necessário. Afirmou ter essa preocupação com a saúde e que o município tinha vindo a fazer algumas coisas nesse sentido, nomeadamente no Centro de Saúde, onde já tinham sido feitas limpezas. Referiu que Sever do Vouga tem rácios muito acima dos concelhos do ACeS Baixo Vouga, sendo que o número de utentes com médico de família estão acima de qualquer concelho dos municípios do ACeS Baixo Vouga e, embora não se tenha aquilo que se pretende, irão lutar, sempre, por isso, incluindo o alargamento de horário. Sobre a questão dos médicos de periferia, o presidente da Câmara Municipal disse que os médicos têm uma ordem muito forte permitindo-lhes que apenas concorram para onde querem e, a maior parte dos médicos, só concorre para as grandes cidades e não para o interior, enquanto que outras classes têm de ir para onde são colocadas. Quanto à mobilidade, disse tratar-se de um problema detetado há já uns anos e que, dos quinze municípios do país, que tem um plano de acessibilidades aprovado, Sever do Vouga estava a cumprir várias intervenções sugeridas no mesmo, sendo que, atualmente está a decorrer uma intervenção no CAE para fazer a mobilidade entre andares. Informou que tinham sido detetados todos os problemas, mas que ainda não estavam todos resolvidos, havendo algumas correções a fazer, como o rebaixamento de passeios e a marcação de passadeiras, assunto trazido à última Assembleia Municipal. Sobre a segurança nos transportes escolares, informou que todos

os transportes tinham acompanhantes de segurança, alguns contratados pelas associações de pais e outros por funcionários do município, estando, atualmente, a funcionar com números razoáveis. Relativamente à intervenção de Ana Mendes, disse ter registado as recomendações. Em relação à última intervenção de Tony Martins, sobre os acordos de execução, disse ter falado sobre os relatórios mensais, pois os relatórios semestrais iriam ser apresentados à Assembleia Municipal, com certeza, e, se alguma Junta de Freguesia não os enviava atempadamente, deviam ser pressionados para o fazerem, uma vez que sabiam que tinham de cumprir.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que disse ter tomado a devida nota da vontade do presidente da Câmara Municipal em resolver a questão do transporte escolar e perguntou se seria ainda no atual ano letivo que a questão ficaria resolvida ou se teriam de aguardar para o próximo ano letivo, uma vez que já andavam em sucessivos adiamentos, de ano letivo para ano letivo, sendo que a questão carece de ser resolvida. Disse não poder deixar de ouvir algumas das questões levantadas relativamente aos parques infantis e gostaria de chamar a atenção para o facto de, quando se fala da qualidade de vida, na fruição daqueles espaços comuns, é importante pensar em atualizar os mesmos. Disse existirem, hoje em dia, parques infantis mais modernos que procuram conciliar a utilização, por parte dos idosos, e a utilização por parte das crianças, com aquele tipo de equipamentos, o que permite ter uma rentabilização maior dos mesmos. Disse ser necessário reponderar, nalguns casos, a localização desses espaços porque, uma coisa é um equipamento escolar, e outra coisa é o equipamento para fruição da população. Por fim, relativamente às questões ali abordadas em relação à saúde, referiu que uma das dificuldades que existe, em relação ao Centro de Saúde de Sever do Vouga, não é o número de médicos, mas sim, a idade dos médicos porque, a partir dos 55 anos, deixam de fazer o serviço noturno. Disse ser necessário ter o maior grau de exigência, porque um médico com mais de 55 anos pode, até, estar disponível para fazer o serviço noturno, mediante remuneração para o fazer, cabendo à Câmara Municipal encontrar, com a ARS Centro, uma solução que permita remunerar esse médico para que ele fique a fazer o serviço noturno.-----

Tony Martins interveio para lembrar e reforçar a pergunta que tinha feito sobre os pagamentos às Juntas, para saber se estavam a ser feitos a tempo e horas.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Sérgio Silva** que disse ter achado interessante a ironia de saber que havia parques infantis até aos 3 anos e para o pré-escolar, assim como o facto de o presidente da Câmara Municipal ter dito que, em Couto de Esteves, o parque existente era suficiente, ainda que esteja localizado nas traseiras de uma escola isolada. Disse deixar ao critério da Assembleia Municipal, e da própria mesa, a reflexão sobre o assunto para, mais tarde, poderem voltar a falar sobre ele. Relativamente à ponte, perguntou quantos Orçamentos Participativos seriam necessários para poder haver um caminho pedonal até à ponte.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**. Respondendo à segunda intervenção de Tony Martins, informou que os pagamentos eram feitos atempadamente, de acordo com a apresentação dos relatórios. Mais informou desconhecer se havia algum atraso nos mesmos e, se faltarem na entrega atempada dos relatórios, os pagamentos não poderão estar em dia. Quanto aos parques infantis, informou que iriam procurar saber o que é que é necessário para o seu melhoramento e acoplar os mesmos para utilização por parte dos idosos. Relativamente à saúde e à idade dos médicos, afirmou que os mesmos têm sido desafiados sistematicamente e que se trata de uma questão de igualdade para com as outras profissões, por não terem de ser especiais em relação aos outros, sendo que, se fizerem horas, recebem trabalho extraordinário. Informou que o ACeS tinha solicitado a alguns médicos reformados que fizessem algumas horas para acrescentar ao funcionamento do Centro de Saúde e que alguns tinham concordado trabalhar duas ou três horas a mais, à noite, para receber outro ordenado. Em relação à intervenção de Sérgio Silva, afirmou que o membro continuava a baralhar as coisas, sendo que, uma coisa era

existir um passadiço de acesso na ponte até á outra ponte e outra coisa era existir uma ligação da ponte ao caminho pedonal, não sendo, para isso, necessário que essa obra fique classificada nos primeiros lugares do Orçamento Participativo.-----
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----
A primeira intervenção foi a de **António Monteiro**, que começou por dizer que, segundo o presidente da Câmara Municipal, o empréstimo seria para dar apoio à tesouraria no que diz respeito à empreitada da construção do Centro Escolar, obra que deveria ter terminado no dia 25 de agosto. Perguntou a que se devia o atraso na conclusão daquela empreitada e se a condescendência do município, com o atraso da empreitada, tinha sido para conciliar com o atraso da aprovação do empréstimo. Mais perguntou se estava a ser aplicada alguma multa contratual pelo atraso. Uma vez que o empréstimo que está a ser contraído não pode ser usado para outro fim que não seja o Centro Escolar, solicitou uma explicação por parte do presidente da Câmara Municipal. Relativamente ao atraso da obra, afirmou que, se o mesmo era responsabilidade do empreiteiro, tinham de ser aplicadas as multas e, se o atraso se devia ao município, estranharia muito que assim fosse, pois, então, geraria responsabilidade política e, provavelmente, responsabilidade do senhor presidente da Câmara e da Câmara Municipal. Por fim, perguntou como é que o presidente da Câmara Municipal explicava, e como é que conciliava, a questão da obra e a questão do empréstimo.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Elmano Silva** que disse ter constatado que, relativamente à informação escrita do presidente da Câmara Municipal, os diversos apelos feitos anteriormente, pela sua bancada, tinham sido descurados, uma vez que as matérias relevantes tinham sido pouco esclarecedoras e incompletas, nomeadamente no que diz respeito às obras em curso, às suas taxas de execução, cronogramas financeiros e informações detalhadas em situações de incumprimento das mesmas. Disse que, ao ler a informação escrita, via com preocupação o facto de a obra do Centro Escolar sofrer um atraso de um ano, em relação ao inicialmente previsto, sendo que na Assembleia Municipal de dezembro, tinha sido dada a garantia de que iriam ser cumpridos os prazos previstos, sem qualquer prorrogação, ou seja, 25 de agosto. Assim, perguntou qual era o real motivo daquele desfasamento, tão grande, no planeamento da mesma. Disse suscitar preocupação a rubrica de reparação de pequenos troços e largos, em que o final estava previsto para 17 de janeiro de 2019, e que ainda não se encontra concluída. Referiu ser dada a informação de que haverá penalizações diárias, e perguntou qual o ponto de situação e que valores e multas tinham sido aplicadas até à data. Chamou a atenção para a descrição e fundamentação daquela obra, citando *“esta empreitada está relacionada com a conservação urgente da rede viária do concelho, ao nível do pavimento, em pequenos arruamentos de acesso a moradas e com circulação de pessoas, que dada a quantidade de depressões, podem cair, nomeadamente, as mais idosas e sofrer lesões graves.”* Perguntou se a preocupação do executivo se mantinha. Solicitou a apresentação dos relatórios finais do Ecocentro, com todas as situações particulares no decorrer da obra, nomeadamente embargos ou outras situações similares.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Dias** que disse continuar a aguardar o relatório do Ecocentro. Mais disse que alguém o tinha alertado para uma situação ilegal que estava a acontecer com os miniautocarros que transportam crianças para o primeiro ciclo, transporte esse que obriga a que as crianças, com menos de 12 anos e um metro e trinta e cinco, têm de ser transportadas com cadeirinha. Disse ter sido alertado de que tal não estava a acontecer, pelo menos, em alguns autocarros. Perguntou de quem era a responsabilidade em caso de acidente grave, para além da infração. Sobre os transportes escolares da

freguesia de Talhadas, afirmou continuarem na mesma, pois, as crianças saem de casa às 07:00 e regressam às 19:00 e perguntou porque é que eram os primeiros a sair e os últimos a chegar, uma vez que o executivo tinha ficado de tentar resolver essa questão. Disse que, pelo que tinha sido informado, os alunos do 12º ano tinham, pelo menos, uma tarde livre por semana e perguntou porque é que não havia transporte e tinham de ficar, o dia todo, em Sever do Vouga. Referiu ter tido acesso aos resultados dos exames de alguns alunos de Talhadas, que considerava serem maus, comparados com outras escolas, até mesmo comparados com alunos dentro do concelho e questionou se isso se devia ao facto de serem mais incompetentes do que os outros, ou porque andavam aquelas horas todas fora de casa. Sobre o arranque do novo ano escolar, no passado dia 13 de setembro, perguntou se os parques escolares estavam afetados por alguma entidade externa e se havia alguma certificação dos mesmos.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Sérgio Silva** que passou a ler um parágrafo da informação escrita que disse considerar merecer ser relido e sublinhado, em qualquer Assembleia Municipal, que diz *“no passado dia 13 de setembro iniciou mais um ano letivo mantendo-se, para o 1º ciclo, o mesmo modelo de implementação de turmas de um ou dois níveis de escolaridade por turma. Esta estratégia, com alguns anos de experiência, tem demonstrado ser mais eficiente e resulta da concertação entre todos os parceiros, incluindo IPSS, Juntas de Freguesia e encarregados de educação, tendo por objetivo uma melhor qualidade do ensino e do sucesso escolar dos alunos naquele ciclo.”* Referiu que nunca é demais elogiar as boas opções e decisões, aliadas às circunstâncias e contextos do momento, facto esse que, na sessão de 26 de setembro de 2014, tinha elogiado o excelente trabalho, realizado pelo Agrupamento de Escolas, no que respeita à constituição de turmas puras e ao esforço realizado para que tenham, no máximo, dois anos de escolaridade na mesma turma. Contudo, já em setembro de 2018, o facto de as crianças do 1º ciclo do concelho passarem a ser consideradas umas de primeira, e outras de segunda, tinha merecido a sua reprovação, pois era de lamentar que, durante o ano letivo de 2018/2019, as crianças de todo o concelho tinham tido direito a AECs, nos seus estabelecimentos de ensino, mas as crianças do centro escolar de Couto de Esteves tinham tido necessidade de se deslocarem, todos os dias, para Rocas do Vouga, para terem essas atividades conjuntamente com as crianças daquela freguesia. Afirmou que, mais reprovável, ainda, era o facto de, no presente ano, as crianças do centro escolar de Couto de Esteves serem deslocadas para Rocas do Vouga para terem essas atividades extracurriculares enquanto que as crianças do centro escolar de Rocas do Vouga estavam a ter, à mesma hora, outras atividades com outros professores. Referiu que, no primeiro caso, podia-se pensar que essa medida seria por uma questão de rentabilizar recursos, mas não, com tanto tempo de viagem e com tão pouco tempo de AECs, quando aquelas crianças chegassem ao 4º ano, em vez de perceberem de inglês, educação física e de atividades lúdico-expressivas, entre outras, talvez se lhes pudesse passar atestado em formação superior de mobilidade rodoviária e, mais tarde, quando elas fossem adultas, podiam explicar-lhes quem tinham sido as pessoas que decidiram que assim fosse.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**. Esclareceu que, sobre a questão do empréstimo, aquilo que tinha dito era que o empréstimo seria para garantir a sustentabilidade de tesouraria para o Centro Escolar e que, para serem realizados os pagamentos, estava a ser feito um esforço no orçamento, sendo que, se o dinheiro saía para aquela obra, ficava um buraco no orçamento para as outras coisas. Mais disse que esse dinheiro seria repostado após a autorização do empréstimo. Quanto à execução da obra, o presidente da Câmara Municipal informou corresponder a cerca de 53%, o que iria levar à explicação daquilo que era o prazo da empreitada. Quanto ao término da obra, referiu que era suposto ter havido um reforço no pessoal em obra, o que não tinha sido feito, o que fez com que a obra se fosse atrasando na sua execução, não cumprindo o prazo de 25 de agosto. Por essa razão, o empreiteiro tinha solicitado uma prorrogação de prazo, assumindo a responsabilidade pelo atraso. Informou que, a partir da data de aprovação da

prorrogação de prazo, a obra deixava de estar em incumprimento e, ainda, não seriam apresentadas revisões de preços e o empreiteiro teria de assumir a responsabilidade da fiscalização da obra. Quanto à aplicação de penalizações, o presidente da Câmara Municipal disse que as mesmas eram calculadas apenas no encerramento da obra e de acordo com o atraso da mesma. Relativamente aos pequenos troços, informou que seriam aplicadas as penalizações, por incumprimento, quando as obras estivessem concluídas. Mais informou ter tido uma reunião com a empresa responsável por essa obra e que lhe tinham assegurado de que, na segunda semana de outubro, os trabalhos dessa empreitada seriam concluídos. Sobre o relatório do Ecocentro, o presidente da Câmara Municipal disse que o iria fazer chegar, brevemente, ao presidente da Assembleia Municipal, assim como as respostas às várias questões colocadas pelo PSD e pelo CDS. Relativamente à questão colocada pelo presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, sobre o autocarro, disse deduzir que todas as regras estejam a ser cumpridas e que iria averiguar como é que estavam a funcionar os miniautocarros. Quanto aos transportes escolares de Talhadas, informou que esse assunto estava a ser trabalhado no sentido de ajustarem os transportes das quartas-feiras e, também, das manhãs, sendo certo que, nalguns locais, irá ser necessário acrescentar mais um transporte de ida e regresso, por existirem turmas que têm três ou quatro tardes livres, por semana. Afirmou ser um esforço enorme para uma rede de transportes que não é pública, sendo necessário pagar mais essas viagens todas. Sobre os parques infantis, o presidente da Câmara Municipal informou que todos os equipamentos estavam devidamente certificados. Relativamente à questão das turmas em Couto de Esteves, referiu ser um esforço enorme, por parte da Câmara Municipal, manter salas a funcionar com quatro ou cinco alunos. Mais disse que não tinha sido fácil definir a rede dessa forma, no presente ano, e que tinha sido uma grande luta com a DGEstE para que conseguissem aprovar o reinício do jardim de infância em Couto de Esteves, Dornelas e Paradela, todos eles com um número reduzido de crianças. Informou que a DGEstE não queria autorizar as turmas do primeiro ciclo, quer em Couto de Esteves quer em Dornelas, o que tinha impossibilitado a não junção de alunos de vários anos, em alguns casos, porque não era possível fazer uma turma de onze. Relativamente às AECs, o presidente da Câmara Municipal disse que não eram de frequência obrigatória e que eram realizadas em colaboração com uma instituição e em determinados horários que não consigam um professor para ir a todos os lados, sendo necessário agrupar alunos de outros locais.----- Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que afirmou ser grave a informação sobre a situação da empreitada do Centro Escolar, por terem sido alertados, desde o início da empreitada, para o facto de que ela se estava a atrasar e de forma algo displicente. Referiu que, nas reuniões da Assembleia Municipal, ia sendo-lhes dito que iria ser possível recuperar o atraso em obra e, tal como viriam a verificar, tornou-se impossível. Disse tratar-se da gestão de dinheiros do erário público e do grande projeto do atual mandato, como já foi assumido pelo senhor presidente da Câmara Municipal, e pela maioria em exercício, perante a Assembleia Municipal. Afirmou ser claro, para si, que, se depois de todos os avisos e depois de terem garantido que iriam recuperar o atraso da obra, estarem perante uma ação de tolerância do município para com esse atraso e para com o empreiteiro, então a responsabilidade pelo atraso deixava de ser do empreiteiro e passava a ser do presidente da Câmara Municipal porque, não só tinha sido alertado para o atraso como, além do mais, tinha deixado que a obra se atrasasse e, de forma absolutamente tolerante, tinha dado mais dez meses ao empreiteiro para que ele concluísse a obra sem lhe aplicar as devidas penalizações. Perguntou o que é que ia suceder, dali a dez meses, porque, ao contrário daquilo que o senhor presidente da Câmara Municipal estava a dizer, a questão é que a obra deveria estar concluída, desde o dia 25 de agosto. Chamou a atenção para alguns riscos que existem em relação àquele tipo de decisões, uma vez que põem em causa a concorrência, ou seja, haver um concurso para uma empreitada, que tem um determinado prazo, em que as empresas concorrem para aquele prazo, e depois dizer-se que, por indulgência do município, têm direito a mais dez meses, coloca em causa a

concorrência entre as empresas que apresentaram propostas. Deixou uma chamada de atenção aos senhores autarcas da Câmara Municipal para aquilo que, para si, podia ser o risco de passarem a ter responsabilidade naquela matéria, uma vez que não tinha a menor dúvida de que a questão do prazo poderia ser suscitada.-----

Voltou a intervir **António Dias** que disse ficar grato pelo facto de existirem escolas a funcionar com sete e oito alunos, segundo o presidente da Câmara Municipal, mas que não entendia porque é que, em Paradela, há uma escola com os alunos da 3ª e 4ª classe juntos, dizendo que, já numa das outras reuniões tinham sido salientadas essas questões e tinham ficado de ver se conseguiam resolver e, pelo que lhe tinha sido transmitido, ainda nada tinha sido feito. Questionou, ainda, porque é que, naquele caso, não dividiam os alunos do 3º ano numa turma e os alunos do 4º ano noutra. Perguntou ao Presidente de Câmara se os parques infantis das escolas da freguesia de Talhadas estão aferidos por alguma entidade. Disse ficar contente com o facto de haver um grande investimento no Centro Escolar, pois investimento no concelho é sempre bom. Mais disse que, numa reunião, tinha-lhe sido dito que, as freguesias da parte de lá do rio não estavam contempladas naquele investimento e perguntou, o que é que a Câmara Municipal iria dar, em troca, às freguesias da parte de lá do rio perante aquele endividamento.-----

O **presidente da Câmara Municipal** voltou a fazer uso da palavra para dizer que tinha obtido um parecer jurídico, com base no pedido de prorrogação formulado pela empresa, dizendo que, perante a fundamentação do empreiteiro, não havia qualquer problema de se proceder à prorrogação do prazo, portanto, não tinha qualquer problema em relação a isso. Referiu que os riscos tinham sido ponderados e que tinham avançado com a opção mais óbvia e mais racional, uma vez que, se não optassem pela prorrogação de prazo, teria de ser aberto um novo concurso e, nesse caso, não imaginava que ele fosse terminada em dez meses e, se calhar, nem em vinte meses. Quanto à afirmação feita pelo membro António Monteiro, de que tinham alertado para o atraso muitas vezes, garantiu ter alertado ainda mais vezes, sendo que, em todas as reuniões semanais, o empreiteiro era alertado para a necessidade de aumentar o número de trabalhadores e de avançar com outras frentes de obra, sendo evidente que, de um lado, a Câmara Municipal estava a fazer isso e do outro lado o empreiteiro estava a dizer que tinha problemas e dificuldades. Disse ser uma obra grande e complexa, mas que tudo o que estava feito, incluindo a autorização de prorrogação, estava legal e dentro dos conformes. Sobre a sua responsabilidade, referiu que a obra estava aprovada pela Câmara Municipal, assim como a prorrogação de prazo, mas que assumia ali a sua responsabilidade. Mais disse não ter receio de qualquer situação de ilegalidade em relação ao processo. Relativamente às turmas de sete e oito alunos, referiu que fazia pressão para que todas as turmas fossem assim, mas que o Ministério e as Direções Gerais não pensavam dessa forma, só naqueles casos que tinham sido ponderados, os de Dornelas e Couto de Esteves e, para conseguirem manter isso, na altura, tinha sido um grande esforço. Relativamente às propostas dos alunos transitarem para o novo Centro Escolar, disse ter já informado o senhor presidente da junta que iria, a breve prazo, reunir o Conselho Municipal de Educação, para discutirem a forma de ocupação do Centro Escolar e a alteração da carta educativa, que não previa o agrupamento dos alunos do outro lado para este, sendo que, atualmente, as coisas eram diferentes e teria de se sujeitar a carta educativa a uma nova revisão. Mais disse que, só depois da revisão da carta educativa, e de o Conselho Municipal de Educação se pronunciar, é que isso avançava, não sendo decisão sua.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Elmano Silva** que perguntou se os dez meses de prorrogação de prazo da empreitada do Centro Escolar iriam ser suficientes.-----

O **presidente da Câmara** disse ter já respondido a essa questão e que voltava a dizer que não podia prever isso mas que entendia que aquele prazo era razoável, e que o empreiteiro entendia o mesmo.-----

1.2 Participação Variável no IRS 2020: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pelo presidente da

Câmara Municipal, e aprovada pelo órgão executivo em reunião de 11 de setembro de 2019, para se baixar a participação variável do IRS para 3,5%.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** disse que o CDS registava que a questão do IRS se tinha tornado numa questão central, nas discussões em Assembleia Municipal, em relação à forma como o município se relacionava com os seus municípios. Lembrou que, de início, o executivo tinha dito que tal não era possível, por ser uma medida dispensável, e que era com gosto que se pagavam impostos no Município de Sever do Vouga. Disse ter registado que, no ano passado, foi possível baixar a participação variável no IRS de 5% para 4% e que a ambição do CDS, no primeiro ano em que tinha apresentado essa proposta, tinha sido de baixar de 5% para 3% e que, se a ambição era chegarem ao final do mandato com a taxa mínima, tinham de baixar, no mínimo, 1% por ano, pelo que, considerava que o meio ponto proposto, atualmente, era insuficiente. Apresentou uma proposta alternativa, que entregou à mesa, para a redução de mais uma redução de 1%, e não de 0,5%, pelo que a taxa fixada deveria ficar em 3% e não em 3,5%. Disse estar certo que, até porque o senhor presidente da Câmara Municipal tinha manifestado a disponibilidade para continuar a descida de impostos, devidamente ponderado, todos os partidos e a Câmara Municipal teriam a noção de que era perfeitamente possível, para o próximo ano, fazer aquela redução em mais meio ponto do que aquilo que se propunha.----

De seguida, foi dada a palavra a **Tony Martins**. Referiu que, relativamente ao valor da Taxa Variável de IRS, os municípios podem ficar até 5% da coleta líquida dos seus municípios (Participação variável no IRS), um direito consagrado no artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Disse que, no ano passado, tinha sido aprovada, em Assembleia Municipal, uma moção proposta pela sua bancada, para uma redução gradual na taxa de participação variável do IRS, de forma a permitir uma melhor adaptação do orçamento do município. Lembrou que aquela moção tinha tido a aprovação de todas as bancadas representadas naquela Assembleia. Disse ter reparado, com agrado, no esforço do executivo, em respeitar a moção aprovada pela Assembleia Municipal, através da baixa gradual, de uma forma sensata, do valor da participação variável. Afirmou que a bancada do PSD procuraria, sempre, colaborar com o executivo e contribuir com propostas e sugestões de medidas que tenham como objetivo combater a desertificação e envelhecimento a que se assiste, de uma forma geral, no concelho.-----

O presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a **proposta** apresentada pelo CDS, com vista à modificação da proposta da Câmara Municipal, tendo a mesma sido rejeitada, com o seguinte resultado na votação:-----

Quinze votos contra – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva e Renata Marques.-----

Sete abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Seis votos a favor – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues, Maria Cardoso e Sérgio Silva.-----

De seguida, foi colocada à votação a **proposta** da Câmara Municipal, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com o seguinte resultado na votação:-----

Vinte e dois votos a favor – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.-----

Seis abstenções – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues, Maria Cardoso e Sérgio Silva.-----

1.3 Taxas do IMI 2020: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2020.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **António Monteiro** que disse concordar com o limite mínimo e compreendendo o esforço feito pelo município e que trazia uma questão que já tinha sido aprovada noutros municípios e aprovada, designadamente no município de Penafiel, e que se destina a reconhecer uma atividade nobre e que merece, na sua opinião, ser contemplada nos vários apoios atribuídos pelo município, que é a atividade de bombeiro voluntário. Referiu que o município de Penafiel tinha estabelecido uma regra de isenção para os bombeiros voluntários, de até cento e cinquenta euros por ano, referente ao IMI. Disse considerar caber ao município reconhecer a dedicação e apoiar as dezenas de homens e mulheres que protegem, de forma voluntária, o concelho de Sever do Vouga e a sua população, por isso, propôs que houvesse uma aditamento numa alínea c) à deliberação, de modo a que se reconheça a função de bombeiro voluntário através daquele apoio. Entregou a proposta de aditamento ao presidente da mesa. Referiu que, em relação àquela questão, em termos de votação, seria como a forma de aditamento, o que significa que, na ordem seria primeiro a proposta da Câmara Municipal e depois a do aditamento.---

O **presidente da Câmara Municipal** disse que não iria pronunciar-se sobre esse assunto, mas questionou se não haveria muito bombeiro voluntário a não atingir os cento e cinquenta euros.-----

Tony Martins interveio para sugerir que a proposta fosse remetida para a próxima sessão, de modo a dar mais tempo para as pessoas pensarem.-----

Ana Mendes disse corroborar com a proposta do membro Tony Martins, até porque era preferível perceberem se aquela isenção não estava prevista em regulamento no município de Penafiel. Mais disse que podiam estar a atribuir uma isenção sem saber qual tinha sido a base, podendo ser cometida uma ilegalidade, devendo ser cautelado dessa forma.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que disse pretender que seja uma deliberação tomada e que permita acautelar os bombeiros voluntários mas que, evidentemente, não queria, mais tarde, que houvesse qualquer tipo de responsabilidade em relação a isso. Disse tratar-se de uma proposta aberta ao contributo de todos. Pediu que houvesse o compromisso de que, estando aberta ao contributo de todos os partidos, até para melhorar a proposta, se assim o entendessem, fosse agendada até ao final do ano e que, se houvesse esse compromisso, não se oporia, de modo a que se resolvesse por consenso entre todos os partidos.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o adiamento de discussão do aditamento, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra de David Alves. De seguida, colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, que foi aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes.-----

Com a proposta aprovada, nos termos do artigo 112º do mencionado diploma, as taxas do IMI, para o próximo ano, serão as seguintes:-----

- a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----
- b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

1.4 IMI 2020 – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2020, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi elaborada uma proposta para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
-------------------------------	---------------------

1	20
2	40
3	70

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2020, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes.-----

1.5 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2020.-----

1.6 Derrama 2020: - Foi presente e analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2020:-----

- a) 0,40% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 1,00% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

A primeira intervenção foi a de **David Alves** que começou por fazer uma análise comparativa das taxas aplicadas no ano anterior, que eram de 1,25% do valor máximo aplicável e 0,50% até € 150 000,00 de volume de negócios. Referiu os valores de derrama aplicados nos concelhos vizinhos: taxa máxima de 1,20%, taxa mínima de 0,20% até € 150 000,00 em Albergaria-a-Velha; taxa única de 1,10%, e sem taxa mínima até € 150 000,00 em Vale de Cambra; taxa única de 1,50%, e sem taxa mínima até € 150 000,00 em Oliveira de Frades; taxa única de 1,50%, e sem taxa mínima até € 150 000,00 em Águeda. Referiu que Sever do Vouga situava-se na média com a taxa de 1,25%, sendo que era o município com a taxa mínima mais elevada em relação aos concelhos referidos. Mais referiu que a derrama era um imposto municipal que incidia sobre o lucro tributável e que era pago ao município da sede da empresa, sendo que, caso a mesma possuísse mais de um estabelecimento estável, deveria fazer repartir o imposto pelos municípios correspondentes em função do lucro tributável. Afirmou que, em Sever do Vouga, existiam dois casos distintos: um que tinha a sua sede em Sever do Vouga, mas de facto os estabelecimentos estavam situados fora do concelho, e que pagava bastante derrama apenas no município da sede, e, outro que tinha instalações produtivas em Sever do Vouga e que não pagava nada, a EDP. Referiu que o lucro tributável era apurado no Q7 do modelo 22 e podia ser bastante diferente da matéria coletável sujeita a IRC, porque após o lucro tributável ainda tinha as deduções à coleta e os prejuízos fiscais para deduzir, o que significava que a empresa podia pagar derrama e não ter IRC a liquidar. Disse que o volume de negócios das empresas de Sever do Vouga, no setor do comércio a retalho e prestadores individuais de serviços sob a forma de sociedades, ficava em média aquém do limite dos € 150 000,00 e, como tal, a taxa aplicada era, na generalidade, a taxa mínima. No entanto, para o setor industrial (construção civil, metalomecânica e serralharia civis), esse limite não se aplicava, pelo que poderiam afirmar que a maioria das empresas, com lucro tributável, se iria fixar na taxa máxima. Comparando aquele imposto com a tributação autónoma existente sobre determinadas despesas das sociedades, disse poder-se concluir que aquele imposto tinha um impacto zero para os empresários. Por fim, disse julgar que a aplicação das taxas era correta, tendo em atenção que o executivo propunha uma redução da mesma.- Seguidamente, foi dada a palavra a **Patrícia Santos** que disse ser com agrado que a bancada do PSD via aquele imposto diminuído, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Referiu que, há um ano, naquela Assembleia Municipal, a bancada do PSD tinha sugerido a redução gradual daquele imposto e, assim sendo, votaria favoravelmente aquela medida porque tinham visto progressos. No entanto, disse não poder deixar de alertar que muito havia a fazer e que a baixa da derrama ajudava, mas não vai fazer

milagres num setor tão primordial para a vida de um concelho, sobretudo de concelhos tão pequenos como o nosso. Disse acreditar que os empresários do concelho não se importariam de pagar mais derrama, se em contrapartida tivessem todas as condições para a manutenção e evolução dos seus negócios, tais como, facilidade da compra de terrenos para a expansão e criação de empresas, menos burocracia na criação de novas empresas (algo que em Sever do Vouga era abismal em comparação a concelhos vizinhos) e sobretudo um acesso terrestre direto à A25, como há anos vinha sendo prometido. Referiu que a baixa de imposto não visava, atualmente, a atração de mais indústria, mas sim a manutenção da indústria já existente, sobretudo as pequenas e médias empresas, o que era um mau princípio, pois os concelhos que evoluem e atraem população assentam em três fatores: indústria, saúde e educação, devendo ser esse o plano a médio e longo prazo de qualquer autarquia. Mais disse que, a criação de melhores condições e acessos no concelho trará indústria, a que esta sairá reforçada e, conseqüentemente, teriam melhor saúde, melhor educação e mais população. Por fim, disse que, continuar naquela gestão corrente estava a fazer com que o concelho se transformasse, rapidamente, num concelho envelhecido e decrépito.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias**. Referiu que, mais uma vez, vinham as comparações com os outros concelhos, ou seja, quando era bom, eram melhores do que eles, mas quando eram piores, lá vinham dizer que era por serem mais pobres. Afirmou que a derrama não era mais do que um imposto que incide sobre os lucros das empresas, e que vem para as autarquias locais, quando aprovado em Assembleia Municipal. Disse ter constatado, nas contas do município, que a derrama decresceu desde 2015 para 2018, em sensivelmente setenta e cinco mil euros e que, já em tempos, a Câmara Municipal dizia sempre que era um imposto que não se refletia nas contas, pois era um número baixo. Perguntou porque é que, até cento e cinquenta mil euros, não se isentava o pagamento da derrama, dando o exemplo dos municípios de Águeda e Oliveira de Frades, que têm orçamentos três ou quatro vezes maiores do que o de Sever do Vouga. Referiu que as pequenas e médias empresas, muitas vezes, têm muitas dificuldades para sobreviver, pelo que era defensor de zero por cento de derrama até aos cento e cinquenta mil euros.-----

O **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que, quando o membro António Dias falou sobre as verbas que eram transferidas para a junta, na sua intervenção, tinha tomado exatamente a mesma perspetiva de que, quando interessava, eram os coitadinhos, mas quando não interessava já não eram. Disse entender que não é pelo 0.4%, pois considerava que a maior parte dos membros não conhecia a lista das empresas que pagam a derrama, sendo que a maior parte delas paga o equivalente de um subsídio para uma associação. Mais disse considerar que não é isso que afeta o desenvolvimento das empresas, pois as empresas que mais investem não pagam derrama. Afirmou haver meia dúzia de empresas que pagam alguma coisa e que a grande maioria paga um valor ridículo, não sendo por esse valor que haja mais procura ou menos procura nas áreas industriais. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, disse ter bem ciente a necessidade do acesso à A25 e que andava sempre a bater na mesma tecla e a insistir nisso. Mais disse achar curioso que, numa altura em que perspetivam as eleições legislativas, o programa de alguns partidos não faça constar essa necessidade para Sever do Vouga. Disse esperar que alguma coisa se cumpra em relação a isso.-----

Terminadas as intervenções, o presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, as taxas para a cobrança da Derrama em 2020.-----

Vinte e dois votos a favor – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.-----

Uma abstenção – Sérgio Silva.-----

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues e Maria Cardoso.-----

1.7 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019: - Foi analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para a seguinte alteração ao Mapa de Pessoal 2019, de acordo com o previsto no artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para a criação de dois postos de trabalho para Assistente Técnico (para o Balcão de Atendimento) e um posto de trabalho de Assistente Operacional (área de educação – regresso da situação de mobilidade).-----

Foi dada a palavra a **Paulo Lourenço** para questionar o executivo se, com todas as trocas e regressos à casa, havia alguma ideia de como é que iria funcionar o Ecocentro porque, atualmente, continuava com um horário reduzido e a não funcionar ao sábado, como já tinha sido solicitado, ali, várias vezes, esperando que, com a remodelação do mapa de pessoal, consigam afetar um desses funcionários para pôr aquilo a trabalhar com um horário que seja condigno para os severenses.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que a alteração do mapa de pessoal não estava relacionada com o funcionamento do Ecocentro e que estava a decorrer um concurso para a admissão de pessoal externo para dar cobertura ao espaço de funcionamento do Ecocentro, que estava aprovado no mapa anterior.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 2ª alteração do Mapa de Pessoal 2019.-----

Treze votos a favor – Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Quinze abstenções – Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Maria Cardoso, Mário Martins, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.----

1.8 Transferência de Competências CIRA – Vias Navegáveis Interiores: - Na sequência da deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), na sua sessão ordinária realizada no passado dia 18 de junho de 2019, sobre o processo de descentralização, e consequente aprovação por parte da Câmara Municipal, em reunião de 26 de junho de 2019, foi presente uma proposta do presidente da Câmara Municipal para aceitação da seguinte nova competência:-----

Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e do Transportes Turístico de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores, previstas no Decreto-Lei nº 58/2019 de 30 de abril. -----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Tony Martins referiu que, em diversas intervenções de Assembleias Municipais anteriores, a bancada do PSD tinha alertado para a potencialidade turística que pode ser aproveitada do facto de terem sido construídas duas barragens no Rio Vouga e que atravessam o concelho. No entanto, analisados os documentos apresentados, disse não ter encontrado nenhuma referência às mesmas, ou até ao próprio Rio Vouga, encontrando-se “demasiado focados” na Ria de Aveiro e nas suas potencialidades turísticas, ignorando as demais realidades dos concelhos que integram a comunidade intermunicipal. Nesse sentido, alertou o município para que interceda perante a CIRA e, como membros da mesma, iriam, de igual forma, alertar e sensibilizar para esse facto.-----

António Monteiro disse haver uma questão que tinha tido oportunidade de chamar a atenção, várias vezes, que é a afirmação de Sever do Vouga enquanto destino turístico, devendo ser valorizado o Rio Vouga e não limitar-se a ser a capital do mirtilo. Referiu que a região de Aveiro tem vários municípios que partilham a ria e que têm vindo a fazer um conjunto de investimentos para aproveitamento turístico da mesma, desde os passadiços à exploração dos passeios turísticos na ria e, de igual modo, Sever do Vouga devia capitalizar o investimento turístico da barragem e do Rio Vouga. Mais disse que, embora o

município ainda esteja à espera do plano de ordenamento, talvez fosse necessário ir até Lisboa e insistir para que o plano avance de modo a que possa ser feita uma utilização turística da barragem e do rio.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse ser exatamente isso que pretende e que, na semana anterior, tinha estado em Lisboa, onde vai muitas vezes, e que aquele era um dos assuntos que o tinha levado ao Ministério do Ambiente, no dia 18 do corrente mês. Mais disse que, tudo o que se possa pensar para a barragem iria ser plasmado no tal plano de ordenamento. Informou que tinha sido realizada uma reunião para apresentação dos primeiros trabalhos do plano. Mais informou que, em princípio, iria ser definida uma regra diferente do pagamento da derrama, que tem a ver com a produção de energia e não com a massa salarial dos trabalhadores.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes, aceitar a proposta da CIRA relativamente à competência de Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e do Transportes Turístico de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores, previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril.-----

1.9 Linha de Crédito em 2019 – Gestão de Combustíveis: - Foi presente e analisado um pedido de autorização, apresentado pela Câmara Municipal, para requerer e subscrever um contrato de financiamento de € 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) ao abrigo da linha de crédito aprovada pelo Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril, para ser aplicado nas despesas com os serviços prestados nas redes secundárias de faixas de gestão de combustível.-----

Foi concedido um período de discussão, tendo sido registadas as seguintes intervenções:---

Diana Paiva disse que, no ano anterior, a Assembleia Municipal tinha aprovado uma linha de crédito com vista à gestão de combustíveis, a realizar pela Câmara Municipal, nos locais de sua competência. Referiu que, passado um ano, pouca ou nenhuma informação tinha sido transmitida, aliás a documentação a acompanhar aquele ponto era quase nula. Disse não ter conhecimento de que trabalhos tinham sido já realizados, quais os trabalhos que ainda faltavam realizar, como se iria manter a gestão de combustível das faixas de competência da Câmara Municipal e se, efetivamente, estava a ser realizada a gestão em todos os locais da competência do município. Perguntou qual a quantificação de todos os trabalhos da competência da Câmara Municipal e se existia algum caderno de encargos. Referiu que o documento enviado menciona que o município está a ser notificado para a realização da gestão de combustíveis, mas mais nenhuma informação é dada sobre esse assunto. Perguntou quem tinha notificado, quando, e se tinha dado origem a algum processo porque, na informação escrita do presidente da Câmara, nada era dito, aliás, de há um ano para cá, a informação quanto aos processos era sempre a mesma, *ipsis verbis*. E, já que se estava a falar de gestão de combustíveis, perguntou sobre o ponto de situação do Plano Municipal de Emergência e a articulação do mesmo com as entidades de Segurança do Concelho, nomeadamente, GNR e Bombeiros Voluntários.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que, quanto à realização daqueles trabalhos, os mesmos estavam a efetivar-se em todo o concelho, sendo bem visíveis por parte de quem circula na estrada, embora, alguns deles já não estejam tão visíveis agora porque já tinha sido feito há três ou quatro meses, estando já em condições de passar lá outra vez. Disse ser essa a razão da abertura da linha de crédito, pelo facto de se tratar de um trabalho sistemático. Informou que todas as zonas industriais tinham sido limpas e que, nas estradas principais, quase todo o concelho tinha sido limpo, também. Sobre a limpeza junto ao muro, o presidente da Câmara Municipal informou que esses pequenos trabalhos estavam incluídos naquela empreitada, que tinha sido aberta por concurso público.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, autorizar a Câmara Municipal a apresentar uma candidatura à DGAL Coesão para um contrato até €

250 000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), ao abrigo da linha de apoio criada para aquele efeito: Gestão de Combustíveis.-----

Vinte e dois votos a favor – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.-----

Seis abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues, Maria Cardoso e Sérgio Silva.-----

1.10 Eleição do Representante da Assembleia Municipal para o CPCJ: - Com vista à substituição do representante da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga, pelo facto do mandato do atual representante terminar no próximo mês de dezembro, foi entregue uma proposta dos líderes dos grupos municipais para a nomeação de Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva. Seguidamente, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, do novo representante, tendo sido nomeada Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, com vinte e cinco votos “sim” e três votos em branco.-----

1.11 Agrupamento de Energia Elétrica: - Foi presente uma proposta do presidente da Câmara Municipal, para efeitos de realização de um procedimento de consulta para fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE), baixa tensão normal (BTN) e baixa tensão normal – iluminação pública (BTN-IP) dos municípios de Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e da CIRA.--- Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Foi dada a palavra a **Paulo Lourenço** disse que era, e sempre seria, favorável em tudo que seja benéfico para o município e pediu esclarecimentos ao executivo, perguntando se o aglomerar de energia de todos os municípios era o que se pretende e se será vantajoso. Sobre o facto de a informação referir que o assunto é para apreciar a minuta e o protocolo, perguntou onde se encontravam esses documentos. Mais perguntou qual era o valor da despesa a suportar, uma vez que não iriam passar um cheque em branco ao executivo.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou ter sido um lapso a falta do envio da documentação, mas que se tratava da aprovação da integração do Município de Sever do Vouga no agrupamento, tal e qual como o processo anterior, para se garantirem os encargos plurianuais.-----

O **Diretor de Departamento** fez uso da palavra para informar que tinha sido presente à sessão apenas uma proposta da Câmara Municipal para assunção dos compromissos plurianuais, ou seja, das despesas plurianuais.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, conceder autorização para os compromissos plurianuais, relacionados com a aquisição de energia elétrica.-----

Quinze votos a favor – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Costa, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Doze abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Maria Cardoso, Mário Martins, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

O membro Patrícia Santos ausentou-se da sessão e não votou neste ponto nem nos seguintes.-----

1.12 Regulamento Urbanístico – Alteração – Verão Final: - Na sequência da publicitação e audiência pública ao Regulamento Urbanístico do Município de Sever do Vouga, sem qualquer apresentação de sugestões, a Câmara Municipal submeteu a versão final do regulamento à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação da mesma e subsequente publicação no Diário da República.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----
A primeira intervenção foi a de **Ana Tavares** que perguntou qual o impacto que teriam as alterações ao regulamento, na construção de uma nova habitação. Mais perguntou se tinha havido necessidade de haver uma alteração ao regulamento e qual era a justificação para a mesma.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que a alteração ao regulamento se devia à necessidade de ajustar o mesmo com a lei e que não tinha havido nenhum aumento significativo.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias** que disse considerar os valores do regulamento exorbitantes, dando como exemplo a construção de um muro de vedação, que passa a pagar uma taxa sobre dez euros por metro, um muro de suporte, que passa a pagar uma taxa sobre vinte e cinco euros por metro e uma remodelação de terras que passa a pagar uma taxa sobre cento e quinze euros por metro cúbico. Pediu que lhe explicassem estes valores e a fórmula de cálculo destas taxas para ver os valores a pagar. Perguntou quanto é que se pagava antes, nos parâmetros do artigo 6º. -----

O **presidente da Câmara Municipal** respondeu que não estava a ser feita qualquer alteração às taxas, apenas a conformar o regulamento com as alterações feitas à legislação que o suporta.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro**. Afirmou que não podia ser dito, ali, que não havia mais nada a explicar, uma vez que tinham aprovado enviar o regulamento para consulta pública. Disse ser evidente que, durante esse período de consulta pública, qualquer pessoa se podia manifestar, mas que também significava outra coisa, que o regulamento não estava aprovado e a Assembleia Municipal é que tinha competência para o aprovar. Disse terem sido colocadas perguntas puras de quem tentava perceber qual era a percentagem de aumento que o senhor presidente da Câmara Municipal entendia dever aplicar naquela matéria, uma vez que essa informação não consta, ou seja, quais eram os valores que estavam antes e quais eram os valores que estavam depois. Uma vez que a taxa tem de corresponder a um serviço prestado, disse ser necessário perceber o racional e o impacto que isso tem na vida dos severenses.-----

O **presidente da Câmara Municipal** informou que, na introdução da informação técnica, há uma frase que diz “A atualização dos valores para cálculo da estimativa orçamental.”---

De seguida, interveio **Tony Martins** para apresentar uma explicação simples sobre o assunto. Explicou que, antigamente, quando se entregava um projeto na Câmara Municipal, cada técnico tinha o seu critério e atribuía um valor por metro quadrado para cada intervenção ou construção. A Câmara Municipal, através de regulamento, decidiu uniformizar isso, ou seja, o valor da obra será determinado com base em valores fixados para todos os processos. Informou tratar-se de equiparação das mesmas coisas, deixando de acontecer o que acontecia quando um podia atribuir € 350,00 por metro quadrado e outro colega podia atribuir apenas € 200,00, provocando uma grande dificuldade, para a Câmara Municipal, comparar e atribuir taxas. Mais disse que, atualmente, com a uniformização, tanto valia ser a estimativa de um técnico como a de outro, porque estavam equilibradas e era a partir dessa estimativa que se calculava a taxa.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a versão final do Regulamento Urbanístico do Município de Sever do Vouga para publicação no Diário da República.-----

Vinte e um votos a favor – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Quatro abstenções – Ana Tavares, António Monteiro, Edite Rodrigues, Maria Cardoso.---

Um voto contra – António Dias.-----

António Dias apresentou a seguinte declaração de voto: *“Como aqui, ainda ninguém me explicou a forma de cálculo, eu voto contra, portanto, não estou aqui a votar só para*

votar, eu quero saber os valores finais. Aquilo a mim não me diz nada, portanto, por exemplo, cento e quinze euros, por metro cúbico de terra, numa remoção de terras, acho demasiado caro.”-----

1.13 Empréstimo BEI – Ratificação do Investimento, dos Encargos Plurianuais e da Taxa de Juro:

- Seguidamente, o presidente da câmara Municipal apresentou a proposta da câmara municipal, tomada na reunião ordinária realizada no passado dia 25 de setembro de 2019, sobre o empréstimo à Linha BEI, nomeadamente para ser ratificada a autorização para a realização do investimento, a assunção de encargos plurianuais e fixação dos juros. - Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.----- A primeira intervenção foi a de **António Monteiro** que disse estarem perante uma mera formalidade, uma exigência do Tribunal de Contas, uma vez que não se cuidou, quando foi feita a proposta para a reunião de Câmara, de se indicar qual era a opção do município. Disse ter questionado esse facto, na altura, e que a resposta tinha sido de que a Câmara Municipal iria negociar e ver qual era a melhor solução e que a Assembleia Municipal só tinha de autorizar, ou não, a contração do empréstimo. Referiu que, na altura, a Assembleia Municipal não tinha inviabilizado o empréstimo, mas tinha chamado, pois tinha o direito e o dever de se pronunciar sobre todas as cláusulas do empréstimo e, em especial, quanto à taxa de juro. Afirmou que o empréstimo surgia numa altura em que mais de metade da empreitada estava executada, demonstrando a falha de gestão da Câmara Municipal na empreitada do Centro Escolar, porque, entre as verbas do Portugal 2020 e as verbas do empréstimo do BEI, restava saber o que é que não poderia, eventualmente, vir a ser utilizado daquele empréstimo para pagar a empreitada, uma vez que não era possível fazer-se o pagamento de outras obras, que não o Centro Escolar, com aquele dinheiro. Referiu o facto de o presidente da Câmara Municipal ter dito “*vamos ter o empréstimo, portanto, vamos resolver uma obra*”, em resposta a uma questão levantada por um presidente de junta, dizendo que era óbvio que aquele empréstimo não podia ser utilizado para fazer pagamento dessa mesma obra. Afirmou que o senhor presidente poderia querer libertar a verba que, atualmente, estava comprometida com a obra, mas uma vez que já se tinha gasto mais de metade, face ao valor total da obra, e partindo do pressuposto que não havia trabalhos a mais, iria sobrar dinheiro daquele empréstimo, porque não tinham conseguido contrair o empréstimo a tempo por, mais uma vez, terem falhado na sua aprovação na Assembleia Municipal. Por fim, disse ser necessário pôr ordem na casa porque, além do atraso na empreitada, havia o atraso na contração do empréstimo, que tem custos para o município e que são, todos eles, da responsabilidade do presidente da Câmara Municipal.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que, ainda há pouco, tinha dado a explicação, mais uma vez, sobre a tesouraria e o pagamento da obra. Sobre o facto de a obra estar praticamente concluída com outras verbas, disse ser exatamente para colmatar esses compromissos que se tinha contraído o empréstimo. Informou que o empréstimo tinha de ser afeto ao orçamento para, depois, colmatar o transporte de verbas para cabimentação. --- Foi dada a palavra a **António Dias**. Perguntou qual era a compensação para as freguesias não contempladas pelo Centro Escolar, pois um milhão e novecentos mil euros era muito dinheiro e o que lhes dariam em troca.-----

Elmano Silva interveio para complementar a sua intervenção, no ponto da informação escrita do presidente da Câmara Municipal, dizendo que, no seu entendimento, a falta de planeamento na execução da obra no Centro Escolar tinha originado o atraso de um ano, o que se iria refletir em mais de um ano de juros, ou seja, mais encargos para o município.--- Concluído o período de intervenções, foi colocada a proposta à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, a ratificação da autorização prévia para a realização do investimento, tal como decorreu das decisões tomadas com a aprovação do respetivo orçamento e plano plurianual de investimentos, para lançamento da empreitada, bem como, a assunção dos encargos plurianuais e a fixação da taxa de juro. -----

Vinte votos a favor – Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.-----

Seis abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues, Maria Cardoso.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Não houve qualquer participação.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----